



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

GABINETE DE APOIO AOS VEREADORES DO PCP

Exmo. Senhor

Presidente da Câmara Municipal de Lisboa

Eng.º. Carlos Moedas

O vereador do PCP na sequência do contato permanente que mantem com os trabalhadores do Município e das entidades que prestam serviços ao Município teve conhecimento de que mais uma vez a alteração dos contratos com as empresas de vigilância humana resulta em incumprimento dos direitos dos trabalhadores, nomeadamente no que respeita ao pagamento dos subsídios de férias e Natal, em concreto:

- temos conhecimento que a empresa COPS, que vem substituir a empresa ND Segur, já informou que não vai pagar os valores referentes ao subsídio de férias vencido, ficando 87 vigilantes que prestam serviço nas instalações do Município com salários em atraso.

Esta situação é recorrente, e em nosso entendimento é inadmissível a postura conivente da Câmara Municipal de Lisboa, que mesmo sendo solidária com a obrigação, conhece e satisfaz-se com o perpetuar deste comportamento ilegal, conformando-se com o facto de ter trabalhadores a prestar serviços nas suas instalações com salários por regularizar.

Termos em que, o Vereador do PCP na Câmara Municipal de Lisboa, vem requerer a V. Exa., nos termos do ponto 1, do artigo 23º do Regimento da Câmara Municipal de Lisboa, publicado no 1º Suplemento do Boletim Municipal nº 157, de 2025/11/20, bem como ao abrigo do disposto no art.º 4º do Decreto-Lei nº 24/98 de 26 de Maio, vêm requerer a V. Ex.ª. que preste as informações seguintes:



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

GABINETE DE APOIO AOS VEREADORES DO PCP

1. Tem o Senhor Presidente conhecimento destas situações?
2. Está a Câmara Municipal de Lisboa, como solidária, nos termos da lei, disponível para cumprir com os direitos dos trabalhadores e depois exigir o regresso aos responsáveis?

Lisboa, 8 de Julho de 2026

O Vereador do PCP9

João Ferreira